

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.760.978 - PR (2018/0211630-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL  
**RECORRIDO** : MARIA LARANJEIRA GONCALVES  
**ADVOGADO** : ADILSON DE ANDRADE AMARAL - PR018142

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pelo **Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**, com fundamento no art. 105, III, *a*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, assim ementado (fl. 338):

*PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. TRABALHADOR RURAL. BOIA-FRIA. REQUISITOS LEGAIS. COMPROVAÇÃO. RECOLHIMENTO DE CONTRIBUIÇÕES. INEXIGIBILIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO À RESERVA DE PLENÁRIO. AUSÊNCIA DE DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. TUTELA ESPECÍFICA.*

- 1. Procede o pedido de aposentadoria rural por idade quando atendidos os requisitos previstos nos artigos 11, VII, 48, § 1º, e 142, da Lei nº 8.213/1991.*
- 2. Comprovado o implemento da idade mínima (60 anos para homens e 55 anos para mulheres), e o exercício de atividade rural por tempo igual ao número de meses correspondentes à carência exigida, ainda que a comprovação seja feita de forma descontínua, é devido o benefício de aposentadoria rural por idade à parte autora.*
- 3. Considera-se comprovado o exercício de atividade rural havendo início de prova material complementada por prova testemunhal idônea, sendo dispensável o recolhimento de contribuições para fins de concessão do benefício.*
- 4. Não é necessário que a prova material tenha abrangência sobre todo o período que se pretende comprovar o labor rural, ano a ano, bastando apenas um início de prova material, complementada por prova testemunhal idônea.*
- 5. Descabida a alegação de que o feito deve ser remetido à reserva de plenário, vez que não se está declarando a inconstitucionalidade da norma, tampouco afastando sua incidência, apenas a interpretação do texto da lei feita por esta Corte é contrária aos interesses da autarquia. Precedentes STF.*
- 6. Reconhecido o direito da parte, impõe-se a determinação para a imediata implantação do benefício, nos termos do art. 497 do CPC.*

# Superior Tribunal de Justiça

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (fl. 367).

Aponta o recorrente violação aos arts. 1.022, II, do CPC/2015, 11, V, "g", da Lei 8.213/91, 2º e 3º e seus parágrafos únicos, da Lei 11.718/2008, 1º e 20 da Lei 8.742/93, 10, 11, 21, 25 e 30, II, da Lei 8.212/91. Sustenta, além de negativa de prestação jurisdicional, a impossibilidade de reconhecimento de tempo de serviço prestado pelo boia-fria a partir de 1/1/2011, sem o recolhimento de contribuição previdenciária.

Aduz que *"Fere o princípio da isonomia, possibilitar que a pessoa natural que desenvolve a sua atividade como boia-fria, seja considerado segurado, sem ter efetuado contribuição e seu vizinho que tenha ocupação diversa, precise comprovar a contribuição para obter as prestações da Previdência Social"* (fls. 382/383).

Afirma que *"existe previsão de benefícios assistenciais na Lei 8742/93, artigo 20 e se o boia-fria não conseguir provar as contribuições individuais, terá o mesmo tratamento das demais pessoas naturais urbanas ou rurais"* (fl. 385).

Sem contrarrazões ao recurso especial.

## **É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

A irresignação não comporta acolhida.

Verifica-se, inicialmente, não ter ocorrido ofensa aos arts. 489, § 1º, e 1.022, II, do CPC/2015, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Quanto à questão de fundo, defende o INSS que o boia-fria é considerado contribuinte individual, nos termos do artigo 11, inciso V, "g", da Lei 8.213/91, portanto, é segurado obrigatório e deve contribuir a partir de 1º de janeiro de 2011, nos precisos termos do artigo 3º da Lei 11.718/08.

Nesse contexto, o Tribunal de origem, ao solucionar a controvérsia, adotou as seguintes razões de decidir (fls. 333/334):

*No que tange à alegação do INSS de que o trabalhador rural boia-fria enquadra-se como contribuinte individual e não como segurado especial, devendo contribuições para a Previdência*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*Social, não merece prosperar.*

*Importa frisar que fosse o autor trabalhador rural diarista, não precisaria apresentar comprovantes de recolhimento de contribuição após 31 de dezembro de 2010, uma vez que se trataria de segurado boia-fria (trabalhador equiparado a segurado especial). Desse modo, não se lhe aplicaria o limite temporal a que se refere o art. 143 da Lei nº 8.213/91, com as alterações promovidas pela Lei 11.718/2008, destinadas, exclusivamente, aos trabalhadores rurais não enquadrados ou equiparados a segurados especiais. A estes últimos, aplica-se o disposto no art. 39, I, da Lei nº 8.213/91.*

*Além disso, ainda que pudesse ser considerado contribuinte individual por ser trabalhador rural com carteira assinada, a responsabilidade por eventual recolhimento, no seu caso específico, seria do tomador, como inclusive decorre do disposto no artigo 14-A da 5.889/73 (introduzido pelo artigo 1º da Lei 11.718/08). Não há, assim, como condicionar a concessão de aposentadoria por idade ao recolhimento de contribuições.*

Ao que se observa, o acórdão recorrido decidiu em consonância com a jurisprudência desta Corte no sentido de que, para fins de cumprimento dos requisitos necessários à concessão de aposentadoria rural por idade, no valor de um salário mínimo, o trabalhador rural boia-fria, diarista ou volante, é equiparado ao segurado especial de que trata o inciso VII do art. 11 da Lei n. 8.213/1991, motivo pelo qual não é exigida a comprovação de recolhimento de contribuições.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

***PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL. ATIVIDADE CAMPESINA COMPROVADA. DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DE CONTRIBUIÇÃO. ACÓRDÃO EM CONFLITO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. RECURSO ESPECIAL DO PARTICULAR PROVIDO.***

*1. No caso dos autos, a Corte de origem reformou a sentença, afirmando a necessidade de recolhimento de contribuição para o reconhecimento da aposentadoria rural, ao fundamento de que o autor preencheu o requisito etário após ter passado o prazo de 15 (quinze) anos estabelecido na norma transitória do art. 143 da Lei 8.213/1991, com a redação dada pela Lei 11.718/2008.*

*2. Tal entendimento, contraria, contudo a jurisprudência desta Corte que é uníssona ao reconhecer que os rurícolas foram dispensados do recolhimento das contribuições relativas ao exercício do trabalho no campo, substituindo a carência pela comprovação do efetivo desempenho do labor agrícola (arts. 26,*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*III e 39, I da Lei 8.213/1991).*

3. *A norma transitória do art. 143 da Lei 8.213/1991 não prejudica os Segurados Especiais, para os quais há previsão legal específica nos termos do artigo 39, inciso I, da Lei 8.213/1991, que assegura a concessão do benefício de aposentadoria por idade no valor de um salário mínimo sem que seja exigido o recolhimento das contribuições, bastando a comprovação da atividade campesina.*

4. *No caso dos autos, a autora completou o requisito etário e o período de labor rural exigido em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício da aposentadoria por idade, conforme reconhecido na sentença, impondo-se, assim, a concessão do benefício.*

5. *Recurso Especial do Particular provido para restaurar a sentença concessiva em todos os seus termos.*

**(REsp nº 1.558.242/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHOS, Primeira Turma, DJe de 04/02/2019)**

**PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. BOIA FRIA. EQUIPARAÇÃO À CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL. RECURSO ESPECIAL NÃO PROVIDO.**

1. *Não merece prosperar a tese de violação do art. 1.022 do CPC, porquanto o acórdão combatido fundamentou, claramente, o posicionamento por ele assumido, de modo a prestar a jurisdição que lhe foi postulada.*

2. *O entendimento do Superior Tribunal de Justiça é de que o trabalhador rural boia-fria, diarista ou volante, é equiparado ao segurado especial de que trata o inciso VII do art. 11 da Lei n. 8.213/1991, quanto aos requisitos necessários para a obtenção dos benefícios previdenciários.*

3. *Recurso especial a que se nega provimento.*

**(REsp 1.667.753/RS, Rel. Min. OG FERNANDES, Segunda Turma, DJe 14/11/2017)**

**PROCESSUAL CIVIL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA RURAL POR IDADE. BOIA FRIA. CONDIÇÃO DE SEGURADO ESPECIAL. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.**

1. *Na hipótese dos autos, extrai-se do acórdão objurgado que o entendimento do Tribunal de origem está em consonância com a orientação do Superior Tribunal de Justiça de que é assegurada a condição de segurado especial ao trabalhador rural denominado "boia-fria".*

2. *Recurso Especial não provido.*

**(REsp 1.674.064/RS, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, Segunda Turma, DJe 30/6/2017)**

# Superior Tribunal de Justiça

No mesmo sentido a seguinte decisão monocrática: REsp 1.832.926/MS, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe de 29/08/2019.

Na espécie, o Tribunal **a quo**, com base no conjunto fático-probatório dos autos, entendeu que houve o preenchimento dos requisitos para fins de obtenção de aposentadoria rural por idade na condição de boia-fria, conforme se vê do seguinte fragmento do acórdão recorrido (fl. 332/334):

## **CASO CONCRETO**

*No presente caso, observo que a parte autora preencheu o requisito etário em 02/06/2012 e formulou o requerimento administrativo em 20/07/2012. Dessa forma, deve comprovar o exercício de atividade rural no período de 180 meses imediatamente anteriores ao implemento da idade mínima ou ao requerimento administrativo, o que lhe for mais favorável.*

*A requerente afirma ter exercido sempre atividade rural como boia-fria e ainda estar exercendo tal atividade quando da entrada do requerimento. Para fazer prova do exercício de atividade rural, a parte autora instruiu o processo com os seguintes documentos:*

- 1) Certidão de casamento (mov. 1.3, página 01), onde consta que o marido da autora é 'lavrador', documento datado de 1980;*
- 2) Certidão de nascimento do filho da autora (mov. 1.3, página 02), onde consta que o marido da autora é 'lavrador', documento datado de 1982;*
- 3) Certidão de nascimento do filho da autora (mov. 1.3, página 03), onde consta que o marido da autora é 'lavrador', documento datado de 1983; e*
- 4) Certidão de casamento do filho da autora (mov. 1.3, página 04), onde consta que o marido da autora e a autora são 'lavradores', documento datado de 2009.*

*Outrossim, as testemunhas ouvidas em audiência (evento 33), confirmaram, em uníssono, o trabalho rural exercido pela autora. Relataram as testemunhas que conhecem a autora há aproximadamente 20 anos e que ela já trabalhava na roça, de boia-fria; que trabalharam junto com a autora para o Natalino, para o Luiz Colaço, para o Pedro Furlan, para o 'gato' Vanderlei, para o Pedro Bento, para o Osmar Bianqui, entre outros; sabem que até poucas semanas atrás a autora estava catando milho na lavoura; que a autora nunca trabalhou na cidade; que o marido da autora também é boia-fria e atualmente ele está trabalhando no plantio de abacaxi.*

*Inicialmente, deve-se ressaltar que não é necessário que os documentos apresentados comprovem, ano a ano, o exercício da atividade rural, seja porque se deve presumir a continuidade nos*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*períodos imediatamente próximos, seja porque é inerente à informalidade do trabalho campesino a escassez documental.*

*Nesse sentido, precedentes desta Corte, firmando o entendimento de que é prescindível que o início de prova material se refira a todo o período em análise, desde que sua eficácia probatória seja ampliada por robusta prova testemunhal, como no caso dos autos.*

*(...).*

*Saliente-se que, no caso de trabalhador rural boia-fria, a exigência de início de prova material deve ser abrandada, considerada a informalidade com que é exercida a atividade, o que dificulta a sua comprovação documental. No entanto, tal prova não pode ser de todo dispensada, na medida em que o Superior Tribunal de Justiça reafirmou, em sede de recurso especial repetitivo e tratando especificamente desta modalidade de trabalho rural, a aplicação da Súmula n.º 149 daquela Corte segundo a qual 'A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeitos da obtenção de benefício previdenciário' (REsp 1.321.493/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/12/2012).*

*Deve ser levado em conta que o trabalhador rural boia-fria ainda está à margem da formalidade, sendo muitas vezes contratado por terceiros e colocado para trabalhar em estabelecimentos rurais cujos proprietários nem sequer são identificados no momento em que aquele é arregimentado. Assim, torna-se difícil a tarefa de obter registros documentais acerca das atividades campesinas exercidas por tal trabalhador.*

*No caso, verifica-se que a parte autora juntou documentos que retratam a sua vocação rural e a de sua família, e constituem início de prova material de seu labor rurícola. Além disso, a prova oral produzida é precisa e convincente acerca das atividades rurais exercidas pela autora no período de carência legalmente exigido.*

*Ainda nesse passo, o fato de inexistirem vínculos registrados no Cadastro Nacional de Informações Sociais (evento 23 - OUT2) ou na CTPS da parte autora confere credibilidade à versão de que a requerente é trabalhadora rural, haja vista a já mencionada informalidade que rege esta categoria de trabalhadores em nosso país.*

*(...).*

*Assim, restando comprovado o exercício de atividades rurícolas pela parte autora no período de carência, deve ser mantida a sentença quanto ao pedido de concessão do benefício de aposentadoria por idade devida a trabalhador rural desde a data do requerimento administrativo, formulado em 20/07/2012.*

# *Superior Tribunal de Justiça*

Ao que se percebe, o acórdão recorrido não destoou do entendimento desta Corte também firmado em sede de recurso repetitivo. Veja-se:

*RECURSO ESPECIAL. MATÉRIA REPETITIVA. ART. 543-C DO CPC E RESOLUÇÃO STJ 8/2008. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. SEGURADO ESPECIAL. TRABALHO RURAL. INFORMALIDADE. BOIAS-FRIAS. PROVA EXCLUSIVAMENTE TESTEMUNHAL. ART. 55, § 3º, DA LEI 8.213/1991. SÚMULA 149/STJ. IMPOSSIBILIDADE. PROVA MATERIAL QUE NÃO ABRANGE TODO O PERÍODO PRETENDIDO. IDÔNEA E ROBUSTA PROVA TESTEMUNHAL. EXTENSÃO DA EFICÁCIA PROBATÓRIA. NÃO VIOLAÇÃO DA PRECITADA SÚMULA.*

- 1. Trata-se de Recurso Especial do INSS com o escopo de combater o abrandamento da exigência de produção de prova material, adotado pelo acórdão recorrido, para os denominados trabalhadores rurais boias-frias.*
- 2. A solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC.*
- 3. Aplica-se a Súmula 149/STJ ("A prova exclusivamente testemunhal não basta à comprovação da atividade rurícola, para efeitos da obtenção de benefício previdenciário") aos trabalhadores rurais denominados "boias-frias", sendo imprescindível a apresentação de início de prova material.*
- 4. Por outro lado, considerando a inerente dificuldade probatória da condição de trabalhador campestino, o STJ sedimentou o entendimento de que a apresentação de prova material somente sobre parte do lapso temporal pretendido não implica violação da Súmula 149/STJ, cuja aplicação é mitigada se a reduzida prova material for complementada por idônea e robusta prova testemunhal.*
- 5. No caso concreto, o Tribunal a quo, não obstante tenha pressuposto o afastamento da Súmula 149/STJ para os "boias-frias", apontou diminuta prova material e assentou a produção de robusta prova testemunhal para configurar a recorrida como segurada especial, o que está em consonância com os parâmetros aqui fixados.*
- 6. Recurso Especial do INSS não provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução 8/2008 do STJ. (REsp 1.321.493/PR, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 10/10/2012, DJe 19/12/2012)*

Assim, de plano, não se constata qualquer violação à lei federal, de modo que a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, tal como colocada a questão nas razões recursais, demandaria, necessariamente, novo exame do material

# Superior Tribunal de Justiça

probante dos autos, providência vedada em sede de recurso especial, a teor da Súmula 7/STJ.

Por pertinente, colaciona-se a seguinte ementa:

*PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. TRABALHADOR RURAL. BOIA-FRIA. ALTERAÇÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 7/STJ.*

*1. Constatou-se que não se configura a alegada ofensa ao artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, uma vez que o Tribunal de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, em conformidade com o que lhe foi apresentado.*

*2. Ao decidir a controvérsia, o Tribunal a quo consignou: "A alegação do INSS, de que não existiria prova material apta a comprovar o exercício da atividade rural no período de carência, não merece prosperar, pois os documentos juntados consubstanciam início de prova material suficiente, que corroborada pela prova oral colhida confirmam o trabalho rural da parte autora."*

*3. Com efeito, considerando a fundamentação do aresto recorrido, que concluiu pela comprovação de labor rural pelo período legalmente exigido, e, portanto, pela existência dos requisitos para concessão do benefício previdenciário, este somente poderia ser modificado mediante o reexame dos aspectos concretos da causa, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ.*

*4. Ademais, o Superior Tribunal de Justiça entende ser desnecessária a contemporaneidade da prova material com todo o período do exercício de atividade rural que se pretende comprovar, devendo haver ao menos um início razoável de prova material contemporânea aos fatos alegados, desde que complementada mediante depoimentos de testemunhas.*

*5. No caso dos autos, o Tribunal a quo atestou que o início de prova material é corroborado por outros elementos, como a prova testemunhal, motivo pelo qual a conclusão da Corte de origem não merece reparos.*

*6. Recurso Especial não provido.*

**(REsp 1.767.337/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/10/2018, DJe 16/11/2018)**

**ANTE O EXPOSTO**, não conheço do recurso especial.

Publique-se.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

**MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**Relator**

